

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Instituto Fome Zero (IFZ) realizou, no dia 29 de junho, um seminário virtual intitulado "Regionalismo Amazônico: pode o combate à fome orientar a cooperação internacional entre os povos da Amazônia". Este webinar, em preparação para a Cúpula da Amazônia em agosto de 2023, teve como objetivo debater a segurança alimentar e as mudanças climáticas na região. A insegurança alimentar é um problema grave na Amazônia, com a região norte do Brasil apresentando o maior índice no país. O governo brasileiro tem afirmado o interesse em promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável na Amazônia, e a cooperação regional é vista como uma forma de avançar esse objetivo no contexto das negociações globais sobre a crise climática. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), segundo o governo, pode desempenhar um papel importante nesse processo. A relação entre a fome e o regionalismo amazônico foi discutida no seminário, com ênfase na necessidade de que a promoção da alimentação saudável seja uma indutora de políticas de preservação ecológica e de cooperação internacional. A segurança alimentar na região enfrenta desafios devido às mudanças climáticas, dificuldade de acesso a alimentos e à presença do crime organizado. A valorização dos produtos locais – como o açaí, entre centenas de outros frutos – por meio da cooperação regional podem contribuir para o combate à fome e o desenvolvimento sustentável na Amazônia. A participação dos povos originários e outras populações locais é essencial nesse processo. O seminário destacou a importância da cooperação internacional, o papel do Brasil como possível líder nesse tema e a necessidade de políticas macroeconômicas para combater a fome.

Elaboração: Erbenia Lourenço de Oliveira
Supervisão: Thiago Lima

Assista ao webinar no [canal do IFZ](#) no YouTube.

Apoio:

SÍNTESE DO WEBINÁRIO

No dia 29 de junho de 2023, às 18h, o Instituto Fome Zero (IFZ) realizou o seminário virtual intitulado "[Regionalismo Amazônico: pode o combate à fome orientar a cooperação internacional entre os povos da Amazônia](#)". O evento foi transmitido pelo [Canal Oficial do IFZ](#) no YouTube, onde está disponível. O objetivo foi fomentar o debate entre as questões de segurança alimentar e mudanças climáticas no contexto da realização da Cúpula da Amazônia que ocorrerá nos dias 8 e 9 de agosto de 2023 em Belém, no estado do Pará.

O evento contou com a participação da Assessora Especial do Presidente da República, Adriana Abdenur, do Diretor do Centro de Ciências Humanas e Professor do Curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (UFRR), João Carlos Jarochinski, e do Diretor do IFZ, José Graziano. O debate foi mediado pelo Coordenador de Alimentação e Relações Internacionais do IFZ e Professor do Departamento de Relações Internacionais da UFPB, Thiago Lima.

A Amazônia, a Política Externa Brasileira e a Cúpula da OTCA

Na abertura, o mediador levantou algumas questões que nortearam o debate: É possível que o combate à fome seja um dos princípios orientadores do novo regionalismo amazônico proposto pelo governo brasileiro? Será que a promoção do direito humano à alimentação adequada pode ser facilitada com políticas de preservação ecológica? De que maneira a cooperação internacional para o desenvolvimento da sociobiodiversidade amazônica pode fortalecer a soberania alimentar dos países e povos amazônicos que compartilham a floresta? Qual pode ser o papel da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA) nestes processos?

De acordo com Thiago Lima, a Amazônia ganhou um amplo destaque nas agendas políticas nacional e internacional, tanto por causa da catástrofe climática quanto por causa dos diversos ataques que os povos indígenas sofreram de forma intensificada nos últimos anos. Segundo os dados da [Rede PENSSAN](#), a região norte do Brasil é aquela em que o índice de insegurança alimentar é maior no país. Naquela região, cerca de 45,2% das pessoas enfrentam algum grau de insegurança alimentar. Isso ocorre frente a 38,4% de insegurança alimentar no nordeste, 28,4% no centro-oeste, 27,4% no sudeste e 21,7%, na região sul. Dessa forma, o risco de fome no norte é mais do que o dobro do que no sul do país, demonstrando o contexto de imensa desigualdade vivido pela sociedade brasileira. Diante desse contexto, Thiago Lima explica que é justificada a ênfase que o atual governo

tem dado sobre a necessidade de promoção de um tipo de desenvolvimento que seja mais inclusivo, que enfrente as desigualdades e que seja benéfico para as pessoas e para o meio ambiente. Para alcançar esse objetivo, o governo tem buscado atuar através da cooperação regional ou do regionalismo na Amazônia sul-americana.

O Diretor do IFZ, José Graziano, buscou trazer para o debate os principais temas que serão discutidos nas plenárias que ocorrerão no início de agosto na Cúpula da Amazônia. O IFZ, que é uma ONG que reúne pessoas preocupadas com o problema da fome no Brasil e no mundo, foi convidado para participar da Cúpula enquanto sociedade civil e estará presente nas discussões. De acordo com Graziano, que está em contato com a FAO para apoiar o governo brasileiro nos diálogos amazônicos, os dias 4, 5 e 6 do evento serão reservados para ampla participação da sociedade civil, entidades regionais e internacionais e governos regionais e municipais. Nos dias 8 e 9, ocorrerá a Cúpula dos Presidentes.

As plenárias, que estão previstas para ocorrer nos dias 4 e 5, serão divididas em cinco grandes temas: a primeira irá tratar sobre o papel da sociedade civil no desenvolvimento sustentável da região amazônica, devido à preocupação existente de valorização desse setor nos debates; a segunda plenária geral tratará da saúde e segurança alimentar, buscando identificar quais ações emergenciais e quais as políticas estratégicas podem ser implementadas para reduzir, ou até erradicar, a fome na região no curto prazo; a terceira plenária buscará versar sobre futuro da região amazônica com ênfase nas pesquisas que estão sendo projetadas para a região, com participação das principais entidades de pesquisas; a quarta plenária será abordar o tema da mudança climática e da bioeconomia com o objetivo debater como valorizar economicamente as atividades locais sem prejudicar o meio ambiente; por fim, a quinta irá tratar das amazônias urbanas, pois grande parte dos 20 milhões de habitantes da região amazônica estão concentrados em grandes cidades e não em povoados.

Adriana Abdenur, Assessora de Relações Internacionais da Presidência da República, também participou rapidamente do debate e buscou trazer a visão do governo sobre a relação entre a questão da fome e o regionalismo amazônico. Adriana destacou que o problema da fome é algo latente para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e é parte recorrente de seus discursos, pois é algo que faz parte de sua experiência pessoal. A Assessora também destacou que a fome é considerada como problema sistêmico e internacional grave e que deve haver esforço para manter este tema na agenda internacional e de política externa.

Nesse contexto, a Amazônia torna-se importante devido à grave insegurança alimentar enfrentada pela região. Dessa forma, o governo se comprometeu a acabar com o desmatamento até 2030 e se comprometeu com a adoção de políticas estruturantes que permitam o desenvolvimento sustentável da região. Para alcançar tais objetivos, três aspectos destacados pela Assessora são fundamentais: considerar a fome como elemento essencial da formulação de toda política externa; a necessidade de reforma do sistema financeiro global que é disfuncional e, atualmente, reforça os níveis de desigualdade social;

e, por fim, haver diálogo constante com academia e pesquisadores para elaboração de políticas estruturantes.

No âmbito do debate, o professor e mediador Thiago Lima corroborou o discurso proferido pela Assessora, ao destacar que as pesquisas recentes têm apontado a interconexão entre os sistemas agro-alimentares e os fatores causadores da crise climática. Assim, deve-se pensar o enfrentamento da fome por meio da construção de sistemas alimentares mais resilientes que, conseqüentemente, irão contribuir para reverter as mudanças climáticas, preservar a biodiversidade e garantir sistemas de distribuição de água que sejam mais limpos.

Breve trajetória do tema alimentar na OTCA

Após a posição da Assessoria da Presidência, o professor Thiago Lima buscou apresentar um breve histórico da relação da OTCA com as questões de fome e segurança alimentar. Sua apresentação destacou que desde 1972, durante a Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente, Josué de Castro, considerado patrono do combate à fome, já identificou que a causa da poluição é o subdesenvolvimento. Dessa forma, para enfrentar o problema da fome, é necessário a adoção de políticas de combate à poluição e preservação do meio ambiente.

No âmbito regional, a cooperação voltada para o meio ambiente pode ser representada pela assinatura do [Tratado de Cooperação Amazônica \(TCA\)](#) por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela em 1978, sem participação da França. O Tratado entra em vigor em 1980 e tem como objetivo discutir questões de soberania e promoção do desenvolvimento integrado na região, questões sociais e de responsabilidade climática, no entanto, apresentou políticas públicas concretas de cooperação internacional muito limitadas. Somente na década de 1990 há movimentos institucionais mais relevantes, como a estruturação de uma Secretaria permanente do TCA em 1995 e a criação da Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA) em 1998 que entra em exercício em 2002, mais uma vez, sem a participação francesa. A sede da OTCA estabelecida em Brasília demonstra a visão do governo brasileiro de que a Amazônia era um espaço a ser colonizado. Atualmente, há um esforço por parte do governo de valorização da região como protagonista de seu destino e de suas prioridades políticas.

No que se refere ao tema da fome no contexto da OTCA, Thiago Lima identifica uma pesquisa ampla encomendada pela presidência da Venezuela em 1997. O relatório "Situación y Perspectivas de la Seguridad Alimentaria en la Amazonia en un Marco de Producción Agropecuaria y Cooperación Intra-regional" foi o principal estudo identificado até o momento e, depois disso, o tema da segurança alimentar parece que não demonstrou muita força na agenda da OTCA. A reunião da Cúpula que ocorreu em 2009 foi esvaziada e

não conseguiu fechar uma posição forte para a COP15. O próprio presidente da Colômbia, que solicitou a reunião, não participou por problemas de saúde.

Em 2013, a OTCA tenta incluir a segurança alimentar na sua agenda ao realizar uma reunião preparatória para a análise, discussão de conceitos de soberania alimentar, segurança alimentar e direito humano à alimentação, mas não há resultados concretos. Em 2019 há uma tentativa de revigorar a cooperação por meio do Pacto de Letícia em torno do desmatamento e da promoção do desenvolvimento na região e em 2020 há reunião virtual com participação do vice-presidente do Brasil, Mourão. Porém, mais uma vez não houve implicações práticas substanciais e a fome é citada de forma coadjuvante nos temas de saúde. Por fim, a convocatória para a cúpula de Belém em 2023 renova as expectativas para adoção de políticas estruturantes e práticas de combate à fome e desenvolvimento sustentável da região no âmbito da cooperação amazônica.

Características do problema agroalimentar na Amazônia e desafios para cooperação internacional

Após a apresentação do professor Thiago, o professor Jarochinski da UFRR, buscou apresentar os desafios da região e as possibilidades de cooperação em torno da segurança alimentar. No âmbito do contexto da região, o professor reafirmou o caráter exortatório da OTCA e o baixo impacto prático da organização. A região amazônica, a qual o professor vive há cerca de dez anos, encontra-se em um contexto de insegurança alimentar grave em que as mudanças climáticas, a dificuldade de circulação dos alimentos, o aumento das populações urbanas e a forte presença do crime organizado na região têm contribuído para a instituição deste cenário deplorável. Nesse sentido, a ideia de expulsão da pesquisadora Saskia Sassen ganha força para explicar o contexto regional em que o progresso e seus precursores expulsam as populações locais e as afastam de seus territórios.

O professor destacou que o século XXI presenciou as piores secas da região e isso tem afetado a produção local. Dessa forma, Jarochinski destaca que é necessário pensar primeiramente no bem-estar da população, sobretudo, a população pobre que vive na região. Atualmente, se disseminou na região a ideia de que alimentos ultraprocessados são sinal de progresso, porém, são alimentos com alto teor de sódio e açúcar, características que afetam a saúde da população local. As altas taxas de contaminação das águas e dos peixes também afetam a segurança alimentar da região. Portanto, faz-se necessário, com o auxílio da FAO, garantir acesso à alimentos de qualidade pela população.

Quanto aos desafios do regionalismo para a segurança alimentar na região, o professor levanta o aspecto da dinâmica de fronteira e isolamento da Amazônia que faz com que a cooperação na região seja voltada para a segurança. Esse contexto de isolamento também dificulta a presença do Estado na região que abre espaço para presença do crime organizado, aspectos que afetam a segurança alimentar. No que se refere às oportunidades de combate à fome, o professor Jarochinski destaca o potencial de

cooperação para produção de produtos locais como o açaí que está sendo exportado e sua valorização pode trazer benefícios para a região em termos de geração de renda e redução das desigualdades.

No contexto regional, iniciativas como Mercosul e OTCA podem ser uma oportunidade importante para romper a desconfiança entre os países da região. Atualmente, há oportunidade de diálogo entre os países e o Brasil tem liderança desses diálogos. Dentre as oportunidades do regionalismo, o Fundo Amazônico também pode contribuir com compensações para o alcance do desenvolvimento sustentável e, sobretudo, no bem estar da população local.

Após as apresentações, os professores Graziano e Thiago, buscam fazer considerações sobre o que foi discutido até o momento. O professor Graziano destaca três pontos principais. O primeiro é que o aumento populacional da região deve-se ao aumento da população urbana. Quase 28 milhões de pessoas da região, 14% da população brasileira está na Amazônia Legal e a urbanização ocorreu de forma precária. Na região amazônica, além da fome grave, há grande aumento da insegurança alimentar moderada e leve devido a substituição da alimentação usual pelos alimentos ultraprocessados e redução do acesso e consumo de itens típicos da região como peixe, cupuaçu, buriti e açaí. Dessa forma, é preciso estabelecer soluções que não foquem apenas em preservar, mas também em melhorar a qualidade de vida dessas populações.

O segundo ponto que o professor Graziano traz para o debate explica que parte da urbanização deve-se ao tema da expulsão. A urbanização não é um movimento voluntário de deslocamento populacional, é um movimento de conflito devido à entrada de populações estranhas na região, representadas pelo garimpo que possui um efeito destrutivo na região como contaminação de mercúrio nos peixes e dos rios da região. O mercúrio compromete o desenvolvimento motor das crianças, algo inaceitável. O terceiro ponto aponta para o potencial tem a segurança alimentar de gerar desenvolvimento na região, não apenas para resolver o problema alimentar e nutricional das pessoas que vivem na região, mas que potencial tem de contribuir como fonte de alimentos saudáveis para outras regiões do Brasil e do mundo. Esse último ponto pode ser um mecanismo importante ao se pensar o desenvolvimento endógeno da região amazônica.

Nesse contexto, o professor Thiago destacou que, além da contaminação dos peixes, também há a contaminação do camarão, que é um item básico de alimentação. E complementa o debate explicando que a dinâmica de expulsão levantada pelo professor Jarochinski faz sentido, uma vez que essa expulsão é um mecanismo para liberar terra para exploração. Dessa forma, a terra deixa de ser território e passa a ser terreno livre para exploração e investimento.

PRIMEIRA RODADA DE PERGUNTAS

1. É possível integrar uma política de produção de alimentos e de segurança alimentar que inclua os povos originários que transbordam fronteiras do Brasil, como o dos Yanomamis?
2. Levando em consideração que o debate sobre fome passa pela questão dos territórios (cultura, soberania alimentar, ancestralidade, permanência), como pensar a cooperação entre os povos Amazônicos (povos originários, quilombolas, ribeirinhos) enquanto enfrentam problemas de reconhecimento e permanência nos diferentes países amazônicos?

COMENTÁRIOS

O professor João responde à primeira pergunta ao dizer que é possível integrar uma política de produção de alimentos e segurança alimentar que inclua os povos originários. Há uma parcela desses povos que já estão nas feiras que já chegam à mesa da população. Sobre o aspecto da contaminação da pesca, levantado por Thiago anteriormente, Jarochinski argumentou que prefere consumir peixes de cativeiro do que peixe dos rios devido a quantidade de mercúrio nos rios. Uma pesquisa do Instituto Socioambiental (ISA) mostra que nos peixes acumuladores, e o camarão também entra nessa dinâmica, a quantidade de mercúrio em níveis absurdos a ponto de serem recomendados que determinada espécie de peixe que seja consumido apenas cerca de 200g por mês, devido a quantidade de mercúrio. Peixes de cativeiro não estão nessa dinâmica de poluição das águas.

Ao reagir à segunda pergunta, Jarochinski afirma que a dinâmica de reconhecimento dos territórios é fundamental para a garantia da sobrevivência e do respeito a esses povos e também para sua inserção no sistema de segurança alimentar através do valor agregado desses produtos, incluindo artesanato e outras atividades. Na retórica a regularização fundiária é valorizada, mas na prática a regularização serve para investidores terem acesso ao território e à terras baratas. A produção, no entanto, visa o mercado internacional e não pensa no abastecimento de populações locais.

SEGUNDA RODADA DE PERGUNTAS

1. É possível que o país saia do mapa da fome só com a aplicação de políticas de enfrentamento à fome, enquanto o sistema internacional necessita que o Brasil esteja em posição de subalternidade?
2. Como tratar o abastecimento local das populações, tendo como base uma distribuição de alimentos com base na produção local? Mesmo nas grandes metrópoles regionais, não se observa uma operação eficiente na Ceasa com compras locais. Portanto, há um problema no abastecimento dos pequenos e grandes municípios.

3. Pode-se atribuir ao desmatamento amazônico o aumento populacional nas cidades da região?

COMENTÁRIOS

As três perguntas colocam a formulação de políticas públicas em questão para enfrentamento da insegurança alimentar e do desenvolvimento no contexto amazônico. O professor João explica que o Brasil tenta sair da posição de subalternidade, a exemplo das negociações do acordo da UE com o Mercosul. Existe também a ideia de cooperação internacional para combater a fome, em que a dimensão do Brasil e sua capacidade produtiva reforçam o papel de liderança brasileira nesse tema. A forma atual de produção, no entanto, ocorre em locais mais distantes, além de desmatar para produzir, dificultando o acesso a alimentos frescos. O professor explica que é necessário incentivar a dinâmica dos produtores locais com os consumidores, no entanto, o que ocorre é o incentivo à competição entre os produtores locais em detrimento de associações e cooperativismo. O professor Thiago, por sua vez, explica que há necessidade de voltar os esforços da cooperação internacional, sobretudo por meio do Fundo Amazônia e da OTCA, para financiar pequenos projetos que sejam mais efetivos e menos danosos ao meio ambiente.

O diretor do IFZ, José Graziano, ao reagir às perguntas da segunda rodada, é categórico ao afirmar que não dá pra sair do mapa da fome só com políticas de segurança alimentar. O professor explica que o Brasil saiu do mapa da fome porque cresceu e gerou mais renda e emprego através da política de valorização do salário mínimo. Dessa forma, o combate à fome deve ser feito por meio de políticas macroeconômicas e não só políticas de segurança alimentar que são importantes, mas apenas atores coadjuvantes nesse processo. Sobre o papel das políticas de segurança alimentar na Amazônia, de acordo com dados do artigo [Crise Climática e Fome](#), publicado no site IFZ, a insegurança alimentar grave na Amazônia é de cerca de 26%, acima da média nacional. Porém, a insegurança alimentar grave atinge cerca de 40% dos agricultores familiares e a insegurança alimentar leve atinge 15% destes. Ou seja, mais de 55% dos agricultores na Amazônia passam fome, pois perderam acesso à terra e se tornaram assalariados ou estão em região de garimpo. Assim, o combate à fome deve ser prioridade para região, antes de pensar no desenvolvimento.